

Ano 5, Vol VIII, nº 1 , pág. 310-337, Jan-Jun 2012.

ATITUDES E ESTILOS EDUCATIVOS PARENTAIS EM MÃES DE CRIANÇAS COM PROCESSO DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

Sandra Costa e Orlanda Cruz

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto,

Porto, Portugal

RESUMO: Este estudo, de caráter exploratório, tem como objetivo analisar a relação entre atitudes e estilos educativos parentais numa amostra de mães referenciadas como estando em risco de maltratar os seus filhos. Participaram 44 mães de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos, com processo de promoção e proteção, a decorrer numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, do litoral norte de Portugal. As atitudes parentais foram avaliadas com o Inventário para Pais Adultos-Adolescentes – versão A, adaptado a partir do *AAPI – Adult - Adolescent Parenting Inventory* (Bavolek & Keene, 2001). Os estilos parentais foram avaliados com o QEP – Questionário de Estilos Parentais, adaptado a partir do *Parenting Styles and Dimensions Questionnaire* (PSDQ, Robinson, Mandleco, Olson & Hart, 2001a, 2001b). Os resultados evidenciaram uma maior incidência de atitudes educativas inapropriadas e, ao contrário do esperado, do estilo autorizado. A escolaridade das mães aparece correlacionada negativamente com as expectativas inapropriadas face às capacidades da criança e com a falta de empatia face às necessidades desta. A escolaridade das mães está ainda associada positivamente com o estilo autorizado e negativamente com o estilo autoritário. O estilo permissivo e o estilo autoritário correlacionaram-se positivamente, evidenciando o uso concorrente de estratégias educativas coercivas e não coercivas. Apenas o estilo autoritário apareceu positivamente correlacionado com as atitudes parentais inadequadas, mesmo depois de controlado o efeito da escolaridade materna.

Palavras-chave: atitudes educativas, estilos educativos, mães em risco de maltratar os filhos

ABSTRACT: This exploratory study intends to analyze the relationship between parental attitudes and parenting styles in a group of mothers referred by the Child Protective Services. The participants were 44 mothers of children aged between 3 and 10 years, referred to one of the agencies of the Child Protection Services in a city of the north of Portugal. Parental attitudes were assessed with the Portuguese version of Adult Adolescent Parenting Inventory (AAPI, Bavolek & Keene, 2001). Parenting styles were assessed with the Portuguese version of Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ, Robinson, Mandleco, Olson & Hart, 2001a, 2001b). The results evidenced a higher incidence of inadequate parental attitudes and, unexpectedly, of the authoritative style. Mother's education was negatively correlated with inappropriate expectations of children and with lack of empathy towards children's needs. Mother's education was also correlated positively with authoritative style, and negatively with authoritarian style. An unexpected positive correlation between authoritarian and permissive styles was observed, evidencing the concurrent use of coercive and non-coercive child rearing practices. Only the authoritarian style revealed an association with parental inappropriate attitudes, even after controlling for the effect of mother's education.

Keywords: parental attitudes; parenting styles, mothers at risk of child abuse

A família é um elemento fulcral no desenvolvimento do indivíduo, cumprindo dois tipos de funções: internas, relativas à prestação de cuidados aos seus membros, e externas, relativas à integração destes na sociedade (Relvas, 1996). No entanto, nem sempre estas funções são cumpridas, surgindo daqui situações de perigo para as crianças.

A investigação realizada nos EUA tem demonstrado de forma consistente que as crianças vítimas de maus-tratos ou negligência têm mais probabilidades de evidenciar problemas de saúde (como obesidade, problemas de foro imunológico, etc.), bem como perturbações relacionadas com a vinculação, dificuldades cognitivas e atrasos de desenvolvimento, baixos resultados académicos, insuficiente regulação das emoções, comportamento delinquente, consumos de álcool ou estupefacientes, depressão, comportamento

suicida ou de autoagressão e ansiedade (cf. Fromm, 2001), pelo que é fundamental o estudo e prevenção destas situações.

De forma sucinta, a Organização Mundial de Saúde define maus-tratos físicos como o uso intencional de força física em relação a uma criança, provocando dano na sua saúde, sobrevivência, desenvolvimento e dignidade (Dias, Ribeiro & Magalhães, 2010). Para além dos maus-tratos físicos, consideram-se uma série de outras formas de perigo para as crianças, nomeadamente, os maus-tratos psicológicos, a negligência, o abuso sexual, a exposição a comportamentos desviantes, o abandono, o abandono escolar, etc.. De forma a simplificar a exposição do presente estudo, e dado que grande parte da literatura apresentada não faz distinção entre pais envolvidos nas diferentes situações de perigo para as crianças, o termo *maus-tratos* fará referência aos diferentes tipos de situações de perigo, descritas acima. Esta designação será igualmente relevante dado que habitualmente estes comportamentos parentais não ocorrem isoladamente, mas sim em simultâneo.

Entende-se que os maus-tratos perpetrados às crianças não ocorrem isolados do contexto, para eles contribuindo as características dos pais, das crianças e da sociedade em geral (Belsky, 1984). Dada a necessidade de delimitar o âmbito do presente estudo, este focaliza-se na primeira parte da equação apresentada, i.e., nas características dos pais, abordando as atitudes educativas e os estilos parentais evidenciados numa amostra de mães referenciadas como estando em risco de maltratar os seus filhos. Apresenta-se de seguida uma breve síntese dos conceitos envolvidos nesta pesquisa.

Atitudes educativas parentais

Apesar de o estudo das cognições parentais incluir construtos tão diversos como crenças, valores, objetivos, atribuições e atitudes, etc., o presente estudo centra-se apenas nas atitudes educativas maternas. Uma atitude consiste numa organização duradoura de crenças acerca de um objeto ou situação e predispõe o indivíduo para determinada resposta (Cruz, 2005). A atitude comporta uma componente comportamental, uma componente afetiva e uma componente cognitiva (Holden & Edwards, 1989). As atitudes são sustentadas pelas crenças, mas implicam também uma avaliação da sua correção, criando uma tomada de posição do indivíduo, tornando-o favorável, ou não, a determinado objeto (como, por exemplo, ser ou não a favor do castigo corporal, como estratégia educativa). As atitudes podem ser explícitas ou apenas acessíveis através de um esforço de introspeção (Holden & Buck, 2002).

Os primeiros estudos baseavam-se numa causalidade linear, assumindo que as atitudes parentais influenciavam o comportamento dos pais e que este, por sua vez, determinava os resultados do desenvolvimento da criança. No entanto, as atitudes por si só, não determinam os comportamentos (Holden & Buck (2002). Apenas a análise conjugada das características da situação, das crenças que o indivíduo possui sobre o objeto, das normas sociais vigentes sobre esse objeto, da motivação para cumprir essas normas e das atitudes face à educação da criança, permite explicar o comportamento parental (Holden & Edwards, 1989).

Relativamente às atitudes parentais, têm sido encontradas várias diferenças entre os pais avaliados como maltratantes e aqueles que não o são. Os pais maltratantes tendem a ter expectativas desadequadas acerca das capacidades das crianças associadas a uma falta de conhecimento acerca das suas necessidades, em diferentes níveis de desenvolvimento (Black, Heyman, Slep & Smith, 2001). Por outro lado, os pais maltratantes têm geralmente uma imagem negativa de si próprios, com origem nas suas experiências precoces de ridículo, desapontamento e insucesso e tendem a alargar essa visão negativa aos seus filhos (Bavolek & Keene, 2001).

Outra possível causa para a desadequação das atitudes dos pais maltratantes é a sua falta de empatia face à criança (Perez-Albeniz & de Paul, 2004). As necessidades quotidianas da criança entram em confronto com as do progenitor, provocando-lhe um elevado grau de stress e irritação.

As atitudes favoráveis ao castigo físico estão fortemente associadas a todas as formas de abuso (Akmatov, 2010). Os comportamentos das crianças, que os pais maltratantes consideram que devem eliminar, são os mesmos pelos quais eles próprios foram castigados em criança, pelo que o castigo corporal carrega uma aura de aprovação e tradição inquestionável. O resultado deste tipo de comportamento abusivo é o desenvolvimento de comportamentos agressivos na criança (Bavolek & Keene, 2001).

É habitual observar a inversão de papéis em famílias negligentes ou maltratantes. Estes pais esperam que os seus filhos sejam sensíveis às suas necessidades e mostram-se, muitas vezes, carentes e incapazes de executar tarefas simples, que as crianças acabam por tomar a seu cargo, assumindo a

responsabilidade pelas decisões da família. A consequência desta inversão de papéis, para as crianças, é uma falta de individuação e o desenvolvimento de um sentido de existência que tem como única finalidade satisfazer as necessidades dos próprios pais (Bavolek & Keene, 2001).

A opressão do poder e independência da criança, igualmente frequente em pais maltratantes, é manifestada pela proibição da criança questionar ou fazer escolhas, devendo antes, obedecer às regras. Isto faz com que a dependência se torne uma característica da personalidade da criança, levando-a a explorar menos o meio que a rodeia e, por isso, a fazer menos aprendizagens. Pode levar ainda a sentimentos de inadequação, rebeldia ou, por outro lado, à incapacidade de ceder face à pressão dos pares, não promovendo a aprendizagem de competências de auto-determinação (Bavolek & Keene, 2001).

Estilos educativos parentais

Diana Baumrind identificou as competências parentais relacionadas com o desenvolvimento de características valorizadas nas crianças da classe média dos EUA, nomeadamente, a autonomia, a responsabilidade social e a aquisição de bons resultados académicos (Teti & Candelaria, 2002). Considerou, como dimensões da competência parental, o controlo comportamental, a clareza na comunicação, as exigências de maturidade (expectativas que os pais têm acerca das capacidades das crianças) e o afeto, definido como a expressão de calor afetivo, preocupação, envolvimento e prazer no desempenho parental. Estas dimensões são fundamentais para

entender a diversidade de ações que irão produzir resultados desenvolvimentais nas crianças. A partir da conjugação das respostas relativas a duas ou mais dimensões, Baumrind (1971, 1973, 1989) descreveu três estilos parentais – autorizado, autoritário e permissivo - bem como os efeitos observados nas crianças.

O estilo autorizado caracteriza-se por um alto nível de controle comportamental, encorajamento da autonomia da criança, comunicação com base no raciocínio e expressão de carinho. Os pais autorizados apresentam um elevado grau de exigência de maturidade, acompanhado por um elevado nível de responsividade, que ocorre num ambiente familiar caloroso, de encorajamento da expressão de opiniões e emoções. Estimulam a autonomia e a individualidade e explicam as razões que estão por trás das decisões familiares. Exercem um controle firme, sem exagero de restrições, confrontando as crianças quando há incumprimentos, e fornecem um ambiente estimulante, em termos cognitivos (Hart, Newell & Olsen, 2003).

O estilo autoritário evidencia um elevado nível de controle e de exigências de maturidade, mas pouco afeto e clareza na forma de comunicar. Os pais autoritários usam frequentemente a afirmação do poder baseado num padrão absoluto, em geral fundamentado teologicamente ou formulado por uma entidade secular. Este estilo é ainda caracterizado pela restrição da autonomia e da manifestação da individualidade da criança, sendo a punição aceita como meio para restringir a vontade da criança. A obediência é vista como uma virtude e as trocas verbais não são estimuladas, existindo uma baixa responsividade e expressão de afeto (Hart et al., 2003).

Finalmente, o estilo permissivo é caracterizado por um baixo nível de controle e exigência face aos comportamentos da criança, a quem é permitido comportar-se de acordo com os seus desejos e impulsos. Os pais permissivos fazem poucas exigências de maturidade e não se vêem como agentes ativos e determinantes do futuro dos seus filhos. Ao mesmo tempo que evitam o exercício do controle, o uso do poder e o confronto com a criança, estes pais caracterizam-se por níveis elevados de afetividade e de comunicação (Hart et al., 2003).

Os melhores resultados desenvolvimentais para as crianças e adolescentes provêm de estilos educativos em que as exigências de maturidade, o controle comportamental e o afeto são balanceados, existindo um forte compromisso dos pais para com a educação dos filhos, como é o caso do estilo autorizado (Baumrind, Larzelere & Owens, 2010).

No estudo dos estilos educativos parentais é possível identificar duas abordagens: a abordagem tipológica e a abordagem dimensional. Na abordagem tipológica os estilos educativos são tratados como uma variável nominal, permitindo distinguir grupos mutuamente exclusivos de pais, sendo excluídos os elementos da amostra que não cumprem os critérios estipulados para poderem ser enquadrados num tipo específico. Na abordagem dimensional são utilizadas variáveis contínuas, assumindo-se que todos os pais podem ter um valor, mais ou menos elevado, em cada um dos estilos considerados (Hart et al., 2003). O presente estudo recorre à abordagem dimensional, identificando para cada mãe um valor em cada um dos estilos considerados - autorizado, autoritário e permissivo.

Assumindo a centralidade das variáveis cognitivas e comportamentais envolvidas na parentalidade maltratante, este estudo tem como principais objectivos:

1. Contribuir para a ampliação do conhecimento disponível sobre as atitudes educativas e os estilos parentais de um grupo de mães em risco de maltratar os seus filhos. Espera-se que estas mães apresentem níveis mais elevados de atitudes inapropriadas e estilos educativos marcados pela coerção ou negligência.

2. Analisar a relação existente entre as atitudes educativas inapropriadas e os estilos educativos parentais, na referida população. Espera-se que atitudes inapropriadas estejam associadas positivamente ao estilo autoritário e negativamente ao estilo autorizado. Relativamente ao estilo permissivo, não é avançada qualquer hipótese, dada a inexistência de dados consistentes na literatura.

Método

Participantes

Participaram neste estudo 44 mães de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos, com processo de promoção e proteção numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de um concelho do norte litoral de Portugal. Tinham em média 2.34 filhos ($DP=1.03$) e 32.36 anos de idade ($DP=7.41$). Uma das mães era analfabeta e 10 tinham apenas o 1º ciclo completo, ou incompleto, sendo os anos de escolaridade em média 6.66 ($DP=3.34$). Dezoito mães tinham um nível económico muito baixo,

beneficiando do rendimento social de reinserção (RSI). As crianças sobre as quais incidiram as respostas das participantes tinham em média 6.61 anos ($DP=2.53$), sendo 21 meninas e 23 meninos.

Relativamente à situação de perigo da criança alvo do processo de promoção e proteção, 26 foram vítimas de negligência, 14 de exposição a comportamentos desviantes (nomeadamente, violência doméstica e consumo de estupefacientes), 2 de maus-tratos físicos, 1 de abuso sexual e 1 de absentismo escolar.

Medidas

Ficha de dados sociodemográficos

Desta ficha constou a idade da participante, a sua escolaridade, o facto de ser ou não beneficiária de RSI, a idade da criança sobre a qual incidiram as respostas aos questionários, o número de filhos da participante e a problemática relativa à situação de perigo da criança.

Inventário para Pais Adultos Adolescentes - versão A

Para avaliar as atitudes educativas das mães foi usada a versão A do Inventário para Pais Adultos-Adolescentes (Lopes & Brandão, 2005), adaptado do AAPI – *Adult Adolescent Parenting Inventory* (Bavolek & Keene, 2001). Este é um questionário que pode ser usado com adultos e adolescentes (a partir dos 13 anos), podendo também ser usado com indivíduos que ainda não são pais. O instrumento possui 2 formas, A e B, que podem ser usadas como pré e pós-teste. É constituído por 40 itens com uma escala de resposta tipo Lickert com 5 valores (1: “concordo totalmente”; 2: “concordo”; 3: “não tenho a certeza”; 4: “discordo” e 5: “discordo totalmente”). Os itens estão organizados

em 5 subescalas, designadamente: (1) Expectativas inapropriadas acerca das crianças (7 itens), (2) Falta de empatia parental face às necessidades das crianças (10 itens), (3) Forte crença no uso de castigos corporais como forma de disciplinar (11 itens), (4) Inversão das responsabilidades e papéis pai-criança (7 itens), e (5) Opressão do poder e independência da criança (5 itens). As notas de cada subescala são calculadas através da soma dos valores numéricos das respostas aos itens respectivos. Resultados elevados no AAPI indicam atitudes e comportamentos parentais favoráveis, enquanto resultados baixos revelam maior potencial para os maus-tratos ou negligência. O AAPI permite calcular um índice de risco (baixo, médio ou elevado) para o comportamento parental maltratante, só existindo porém valores de corte para a população norte-americana.

A consistência interna foi estudada através dos coeficientes *alpha* de Cronbach que neste estudo foram: .73 para as “Expectativas inapropriadas acerca das crianças”; .80 para a “Falta de empatia parental face às necessidades das crianças”; .70 para a “Forte crença no uso de castigos corporais como forma de disciplinar”, após retirar o item 18; .61 para a “Inversão das responsabilidades e papéis pai-criança” e -.01 para a “Opressão do poder e independência da criança”. Por este motivo esta última subescala não foi incluída nas análises subsequentes. Estes resultados são concordantes com os encontrados noutros estudos com população portuguesa (Almeida, et al., 2012) e norte-americana (Connors, Whiteside-Mansell, Deere, Ledet & Edwards, 2006).

Questionário de Estilos Parentais

O Questionário de Estilos Parentais (Campos & Cruz, 2011; Santos & Cruz, 2008), adaptado do *Parenting Styles and Dimensions Questionnaire* (PSDQ, Robinson, Mandleco, Olson & Hart, 1995, 2001a, 2001b) permite avaliar os estilos educativos parentais na perspectiva de Baumrind (1989), designadamente, os estilos autorizado, permissivo e autoritário. É constituído por 38 itens (15 itens do estilo autorizado, 12 do estilo autoritário e 11 do permissivo) que são respondidos através de uma escala tipo Lickert, com 5 pontos, relativa à frequência em que determinados comportamentos ocorrem (1: “nunca”; 2: “de vez em quando”; 3: “às vezes”; 4: “muitas vezes” e 5: “sempre”).

Relativamente à consistência interna, observaram-se os seguintes valores do coeficiente *alpha* de Cronbach: .77 para o estilo autorizado, .76 para o estilo autoritário e .60 para o estilo permissivo, após retirar o item 8. A baixa consistência interna do estilo permissivo vai na mesma linha dos resultados obtidos pelos autores do PSDQ (.64; Robinson et al., 1995) e por outros investigadores (.57 e .63, respectivamente; Campos e Cruz, 2011; Rinaldi & Howe, 2012). Apesar do valor relativamente baixo de consistência interna dos resultados do estilo permissivo no presente estudo, optou-se por considerá-los nas análises posteriores.

Procedimento

Em primeiro lugar, foi garantida a autorização do Instituto da Segurança Social, I.P. e do Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de uma cidade do litoral norte do país, para a realização do estudo. Seguidamente, as participantes foram seleccionadas de entre as mães de crianças

com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos, com processo de promoção e proteção.

Posteriormente, foi pedido a cada uma das mães selecionadas que colaborasse num estudo sobre educação de crianças. Foi-lhes solicitado que assinassem uma declaração de consentimento, onde era também garantida a confidencialidade dos dados recolhidos. Foi igualmente transmitida a informação de que não havia respostas certas ou erradas. A investigadora esteve presente em todas as recolhas de dados, de forma a clarificar alguma dúvida que surgisse durante o preenchimento dos questionários. Nos casos em que as participantes tinham dificuldades de leitura ou interpretação, os itens foram lidos em voz alta, com o cuidado de não transmitir qualquer desejabilidade na resposta, através da entoação ou de outro tipo de linguagem não-verbal.

O QEP foi administrado em primeiro lugar, tendo o preenchimento de ambos os questionários demorado, em média, cerca de 20 minutos. As participantes mostraram-se colaborantes, apesar de se ter verificado em geral alguma dificuldade em interpretar os itens de ambos os questionários.

Resultados

Análises descritivas e correlacionais

Tendo-se verificado o cumprimento das condições que asseguram a distribuição normal dos resultados, optou-se pela utilização de testes

paramétricos. A tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas. Recorde-se que os resultados do AAPI são obtidos de forma que a indicação de risco é dada por cotações mais baixas em cada uma das subescalas.

Verifica-se que as subescalas relativas às expectativas inapropriadas acerca das crianças e à inversão das responsabilidades e papéis pai-criança são aquelas em que as respostas dos pais evidenciam uma maior desadequação das suas atitudes. Apesar de não haver uma tabela de cotação das respostas do AAPI aferida para a população portuguesa, verificou-se que os resultados médios de cada uma das subescalas se enquadram no critério de alto risco da tabela de cotação para a população norte-americana (Bavolek & Keene, 2001).

Tabela 1

Estatísticas descritivas relativas às atitudes e estilos parentais

	<i>M</i> (Amplitude)	<i>DP</i>	<i>Curtose</i>	<i>Assimetria</i>
Atitudes Parentais				
Expectativas inapropriadas	17.36 (9 – 30)	4.63	.06	.21
Falta de empatia parental	28.39 (10 - 41)	6.58	.36	-.27
Crença no uso de castigos corporais	29.52 (19 – 44)	5.87	.06	.55
Inversão responsabilidades e papéis	17.80 (10 – 26)	4.14	.07	.22
Estilos Parentais				
Autorizado	4.02 (2.87 – 4.87)	.54	-.31	.47
Autoritário	2.08 (1.08 – 3.83)	.56	.90	.58
Permissivo	1.94 (1.00 – 3.20)	.48	.65	.27

Em relação aos estilos parentais, verifica-se uma predominância das respostas relativas ao estilo autorizado, seguido do estilo autoritário e, por fim, do estilo permissivo.

Quanto às diferenças entre as mães de meninas e meninos, constatou-se que as mães das meninas ($M=18,81$, $DP=3,75$) têm expectativas mais apropriadas em relação às suas capacidades, do que as mães dos meninos

($M=16,04$, $DP=5,03$), $t(42)=-2,05$, $p<.05$. As mães das meninas apresentam também menor inversão das suas responsabilidades e papéis ($M=19,10$, $DP=3,37$), $t(42)=-2,06$, $p<.05$ do que as mães dos meninos ($M=16,60$, $DP=4,47$). Não se verificam diferenças relativas ao estilo parental e ao sexo da criança.

A idade das crianças aparece negativamente associada com as subescalas expectativas inapropriadas ($r=-.44$, $p<.01$) e inversão de responsabilidades e papéis ($r=-.31$, $p<.05$), indicando que estas atitudes se revelam menos adequadas à medida que a idade das crianças aumenta. Relativamente aos estilos parentais, não existe qualquer associação com a idade da criança.

A escolaridade das mães está positivamente correlacionada com subescala relativa às expectativas inapropriadas ($r=.30$, $p<.05$) e com a subescala relativa à falta de empatia parental ($r=.30$, $p<.05$), sugerindo que estas atitudes se revelam mais adequadas à medida que a escolaridade das mães aumenta. Em relação aos estilos parentais, verifica-se que uma maior escolaridade da mãe está negativamente correlacionada com o estilo autoritário ($r=-.40$, $p<.01$) e positivamente correlacionada com o estilo autorizado ($r=.32$, $p<.05$).

Não foram encontradas diferenças de médias nas atitudes educativas, nem nos estilos educativos, entre o grupo de mães que usufrui de RSI e o grupo que não usufrui deste apoio económico.

Tendo sido analisados os coeficientes de correlação entre os três estilos educativos, verificou-se que apenas os estilos autoritário e permissivo se

correlacionaram positivamente ($r=.44$, $p<.001$), sendo que esta uma correlação não era esperada.

Relação entre atitudes e estilos parentais

A tabela 2 apresenta as correlações entre as atitudes e os estilos parentais. Apenas se observam correlações estatisticamente significativas entre as quatro atitudes e o estilo educativo autoritário. Assim, este estilo está associado a atitudes educativas menos adequadas, em termos de expectativas, empatia, castigos corporais e assunção de responsabilidades e papéis parentais.

Tabela 2
Correlações entre as atitudes e os estilos parentais

	Estilos Parentais		
	Autorizado	Autoritário	Permissivo
Expectativas inapropriadas	.09	-.38*	-.09
Falta de empatia parental	.18	-.60***	-.28
Crença no uso de castigos corporais	.13	-.55**	-.21
Inversão responsabilidades e papéis	-.09	-.28*	-.07

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Dado que as expectativas inapropriadas, a falta de empatia e o estilo autoritário se correlacionaram com a escolaridade das mães, foi calculado o coeficiente de correlação parcial para controlar o efeito da escolaridade das mães (ver Tabela 3). O cálculo do coeficiente de determinação ($r^2\%$) revela que, após controlar o efeito dos anos de escolaridade da mãe, apenas 8% da variabilidade da subescala expectativas inapropriadas é explicada pelo estilo autoritário, quando anteriormente este valor era de 14%. Em relação à subescala falta de empatia, quando o efeito dos anos de escolaridade da mãe foi controlado, apenas 29% da variabilidade desta subescala passou a ser explicada

pelo estilo autoritário da mãe (sendo anteriormente este valor 36%). Não se consideram significativos os valores de variabilidade nas restantes subescalas.

Tabela 3

Correlações de ordem zero e parciais (coeficientes de determinação) entre o estilo autoritário e as atitudes parentais, controlando o efeito dos anos de escolaridade das mães

	Estilo Autoritário	
	<i>r₀</i> (<i>r</i> ² %)	<i>r_p</i> (<i>r</i> ² %)
Expectativas inapropriadas	-.38** (14%)	-.29* (8%)
Falta de empatia parental	-.60*** (36%)	-.54*** (29%)
Crença no uso de castigos corporais	-.55*** (30%)	-.54*** (29%)
Inversão responsabilidades e papéis	-.28* (8%)	-.30* (9%)

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Discussão

Tal como esperado, tendo em conta que a população estudada corresponde a mães de crianças com processo de promoção e proteção, os resultados do AAPI revelam um grau elevado de risco, quando comparados com a tabela de aferição para a população norte-americana, indicando que as mães apresentam atitudes parentais inapropriadas (Bavolek & Keene, 2001). Estes resultados levam a pensar que o efeito da desejabilidade social não se fez sentir nas respostas das mães (pelo menos de forma significativa).

Menos expectável é o facto do estilo parental mais evidenciado na amostra estudada ser o autorizado, à semelhança do que acontece em grupos de pais não sinalizados pelos serviços de promoção e proteção (Campos & Cruz, 2011; Santos & Cruz, 2008). De acordo com a literatura, seria de esperar uma menor frequência do estilo autorizado e uma maior frequência dos estilos

autoritário e permissivo. Tomando em consideração os objetivos de socialização dos pais autoritários, esperar-se-ia que estes utilizassem predominantemente castigos corporais como forma de restringir o comportamento desadequado ou o comportamento de independência da criança (Gershoff, 2002; Russa & Rodriguez, 2010). Por outro lado, e tendo em conta as práticas habitualmente evidenciadas por pais permissivos, nomeadamente a sua dificuldade em impor regras e limites aos seus filhos, poderia pensar-se que este estilo estaria mais presente nas mães estudadas, dado que os seus filhos foram sinalizados por negligência, abandono escolar ou assunção de comportamentos desviantes.

Como explicar estes resultados? A informação disponível acerca das problemáticas das crianças não permite identificar se a mãe é um agente ativo na prestação de maus-tratos ou se apenas falha na protecção da criança face aos maus-tratos prestados por outrém. Uma criança pode estar sinalizada por exposição a violência doméstica, sem que a mãe esteja na origem dessa violência, apesar de não a conseguir conter ou evitar. Assim, para melhor compreender estes resultados, seria útil conhecer os estilos parentais das mães que são e das mães que não são agente da situação de perigo para a criança. Apesar de ser necessário aprofundar a relação entre as referidas variáveis, os resultados do presente estudo levantam a questão de o QEP não ser um instrumento capaz de discriminar práticas parentais conducentes ao risco ou perigo, na criança.

As mães participantes possuem um nível de escolaridade baixo, sendo um grupo razoavelmente homogéneo deste ponto de vista. Esta reduzida

variabilidade pode explicar o facto de, das quatro atitudes, apenas duas se correlacionarem com a escolaridade – expectativas inapropriadas e falta de empatia. De uma forma geral, a literatura aponta no sentido de a escolaridade favorecer a aquisição de competências de reflexão e de conhecimentos sobre a realidade, o que se pode traduzir em expectativas mais adequadas acerca das capacidades das crianças e dos calendários desenvolvimentais. Por seu lado, a escolaridade também parece beneficiar o desenvolvimento da capacidade de empatia (Grünh, Diehl, Rebucal & Lumley, 2008), já que esta implica um processo algo complexo de descentração e consideração da perspectiva do outro.

Relativamente aos estilos educativos, os resultados revelam que, quanto mais escolarizadas são as mães, maior a probabilidade de apresentarem um estilo autorizado e menor a probabilidade de apresentarem um estilo autoritário. Ou seja, a escolaridade aparece positivamente associada a práticas educativas marcadas pelo afecto e pela indução e negativamente associada a práticas educativas marcadas pela coerção. Estes resultados não introduzem qualquer inovação neste domínio, já que, mais uma vez, a escolaridade permite aos pais analisar as situações de diversos pontos de vista e adoptar uma postura mais compreensiva e empática face à criança.

É interessante verificar que as atitudes e os estilos educativos estão associados à escolaridade das mães, tal como acabamos de referir, mas não ao seu nível económico, tal como traduzido através do RSI. Estes resultados apoiam a questão da escolaridade das mães ser uma variável com mais poder preditivo das ideias e comportamentos parentais, do que o rendimento

económico da família, à semelhança do já apontado por outros autores (Hoff, Laursen & Tardiff, 2002). Arriscando uma abordagem mais especulativa, pode afirmar-se que o aumento da escolaridade das mães poderá ter um efeito protetor mais forte, do que o apoio económico, face às situações de maus-tratos.

Relativamente às associações entre as atitudes inapropriadas e os estilos parentais, verificou-se que existe uma correlação positiva entre o estilo autoritário e as atitudes parentais inadequadas. Esta associação mantém-se, mesmo depois de controlado o efeito da escolaridade das mães. Porquê a associação apenas com o estilo autoritário? De facto, as atitudes inadequadas das mães são mais consistentes com um estilo educativo autoritário. Os pais autoritários são menos sensíveis às necessidades dos seus filhos, são mais coercivos em termos disciplinares e têm expetativas menos realistas face às crianças (Hart et al., 2003). Apesar de a atitude relativa à inversão de responsabilidades e papéis aparecer na literatura associada a um estilo parental maltratante e não simplesmente autoritário (Bavolek & Keene, 2001), estes resultados evidenciaram também a associação desta atitude com o estilo autoritário.

De certa forma imprevisível foi a correlação positiva encontrada entre o estilo parental autoritário e o permissivo. Outros autores verificaram a mesma correlação usando o QEP/PSDQ (Campos & Cruz, 2011; Santos & Cruz, 2008; Tan, Camras, Deng, Zhang & Lu, 2012; Williams et al., 2012), alguns justificando este dado com lacunas metodológicas na construção ou aferição do

instrumento. Parece-nos porém que podem existir outras razões, que se discutem de seguida.

Recorde-se que, no presente estudo, foi utilizada uma abordagem dimensional dos estilos educativos, e não uma abordagem tipológica. Os resultados obtidos reforçam a ideia de que os estilos educativos não são mutuamente exclusivos, podendo as mães fazer uso de comportamentos educativos característicos de mais do que um estilo. Outros estudos relativos aos comportamentos disciplinares utilizados pelos pais têm apontado neste sentido. Os pais fazem geralmente um uso conjugado ou sequencial de diferentes estratégias disciplinares, umas mais características do estilo autorizado, outras do estilo autoritário (Cruz, 2005). Poderá também colocar-se a hipótese de uma prática associada ao estilo permissivo poder dar lugar a uma prática coerciva de afirmação do poder, quando o comportamento continuado da criança leva a mãe a atingir um elevado nível de excitação emocional, que despoleta uma resposta mais irascível. Os pais usam estratégias diferentes, consoante a gravidade maior ou menor da infracção cometida pela criança, o carácter moral ou convencional do comportamento desadequado da criança, o alvo deste comportamento e o local onde o comportamento inadequado ocorre (público ou privado). Será de supor que ao responder aos diferentes itens do QEP, as mães tenham tido em conta todas estas diferentes situações e tenham manifestado também a diversidade das suas práticas, consoante os fatores que imaginaram estar presentes nas situações descritas nos diversos itens. Surge, então, a necessidade de avaliar o uso diferencial das práticas associadas aos

dois estilos, havendo a possibilidade deste uso variar consoante as circunstâncias da situação (Tan et al., 2012).

Este estudo tem várias limitações que decorrem do seu caráter exploratório, algumas das quais foram sendo identificadas ao longo desta discussão. É de referir ainda o uso de instrumentos de autorrelato com o fim de avaliar atitudes e estilos parentais. Este procedimento assume que os participantes são capazes de aceder às suas experiências e cognições, através de uma simples introspeção. Neste caso, o AAPI assume também que as atitudes são cognições sociais coerentes, unidirecionais e estáveis, o que se sabe nem sempre acontecer (Holden & Edwards, 1989). Para além disso, alguns itens podem estimular respostas construídas no momento em vez de atitudes já existentes, principalmente os itens que pressupõem uma situação que não corresponde à situação familiar realmente experienciada. Também é de referir o baixo número de participantes que impossibilitou a análise dos resultados em função da situação de perigo pela qual as mães foram referenciadas.

A título de conclusão, pode afirmar-se que este estudo contribuiu para um entendimento mais amplo do comportamento parental de risco. As consequências dos maus-tratos infligidos às crianças são graves e podem afetar várias áreas do seu desenvolvimento, pelo que se torna fundamental construir uma compreensão das variáveis cognitivas e comportamentais envolvidas neste processo, de forma a adotar estratégias de intervenção mais eficazes, com estes pais.

Obviamente, este estudo não reclama a pretensão de explicar tão complexo fenómeno como os maus-tratos, tanto que para o fazer deveria ter

incluído variáveis relativas à criança, à relação desta com os pais, assim como variáveis relativas ao meio envolvente. Tal como advogam Teti & Cole (2011), a parentalidade de risco deve ser abordada como um processo, dando conta das emoções e cognições que ocorrem a cada momento e que dão, ou não, origem a comportamentos dirigidos à criança.

Referências

- Akmatov, M. K. (2010). Child abuse in 28 developing and transitional countries – results from the Multiple Indicator Cluster Surveys. *International Journal of Epidemiology*, 40, 219-227.
- Almeida, A., Abreu-Lima, I., Cruz, O., Gaspar, M., Brandão, T., Alarcão, M., Santos, M. & Machado, J. (2012). Parent education interventions: results from a national study in Portugal. *European Journal of Developmental Psychology*, 9 (1), 135–149.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology*, 4, 1-103.
- Baumrind, D. (1973). The development of instrumental competence through socialization. In A. D. Pick (Ed.), *Minnesota Symposia on Child Psychology* (Vol. 7, pp 3-46). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Baumrind, D. (1989). Rearing competent children. In W. Damon (Ed.), *Child development today and tomorrow* (pp. 349-378). San Francisco: Jossey-Bass Inc, Publishers.

- Baumrind, D., Larzelere, R. & Owens, E. (2010). Effects of preschool parents' power assertive patterns and practices on adolescent behavior. *Parenting: Science and Practice*, 10, 157–201.
- Bavolek, S. & Keene, R. (2001). *Adult-Adolescent Parenting Inventory. AAPI – 2. Administration and development handbook*. Park City, UT: Family Development Resources, Inc.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child Development*, 55, 83–96.
- Black, D. A., Heyman, R. E., & Smith Slep, A. M. (2001). Risk factors for child physical abuse. *Aggression and Violent Behavior*, 6, 121-188.
- Campos, D. & Cruz, O. (2011). Questionário de estilos parentais (QEP) revisitado. In S. Ferreira, A. Verhaeghe, D. Silva, L. Almeida, R. Lima, & S. Fraga (Eds). *Actas do VIII congresso iberoamericano de avaliação/evaluación psicológica e XV conferência internacional avaliação psicológica: formas e contextos* (pp.1641-1654). Lisboa: SPP.
- Connors, N., Whiteside-Mansell, L., Deere, D., Ledet, T. & Edwards, M. (2006). Measuring the potential for child maltreatment: the reliability and validity of the adult adolescent parenting inventory – 2. *Child Abuse & Neglect*, 30, 39-53.
- Cruz, O. (2005). Parentalidade. Coimbra: Quarteto.
- Dias, I., Ribeiro, C. & Magalhães, T. (2010). A construção social do abuso na criança. Abuso de crianças e jovens. In T. Magalhães (Coord.). *Abuso de crianças e jovens* (pp. 7- 22). Lisboa: Lidel.

Fromm, S. (2001). *Total estimated cost of child abuse and neglect in the United States: Statistical evidence*. Chicago, IL: Prevent child abuse.

Recolhido em julho de 2012 de

http://www.preventchildabuse.org/learn_more/research_docs/cost_analysis.pdf.

Gershoff, E. (2002). Corporal punishment by parents and associated child behaviors and experiences: a meta-analytic and theoretical review. *Psychological Bulletin*, 128, 539-579.

Grünh, D., Diehl, M., Rebucal, K. & Lumley, M. (2008). Empathy across the adult life-span: longitudinal and experience-finding samples. *Emotions*, 8, 753–765.

Hart, C., Newell, L. & Olsen, S. (2003). Parenting skills and social-communicative competence in childhood. In Greene, J. & Burlison, B. (Ed.), *Handbook of communication and social interaction skills* (pp. 753–797). NJ: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Hoff, E., Laursen, B. & Tardif, T. (2002). Socioeconomic status and parenting. In M. Bornstein (Ed), *Handbook of parenting. Volume 2: Biology and ecology of parenting* (pp. 231-252), Mahawah, NJ: Erlbaum.

Holden, G. & Buck, M. (2002). Parental attitudes toward childrearing. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting, Vol. 3: Being and becoming a parent* (pp.2055–2064), NJ: Erlbaum.

Holden, G. & Edwards, L. (1989). Parental attitudes toward child rearing: instruments, issues and implications. *Psychological Bulletin*, 106 (1), 29-58.

- Lopes, I. & Brandão, T. (2005). *AAPI – 2, Versão de Investigação, traduzida e adaptada para português europeu*. Departamento de Educação Especial e Reabilitação. Faculdade de Motricidade Humana. Universidade Técnica de Lisboa.
- Perez-Albeniz, A., & de Paul, J. (2004). Gender differences in empathy in parents at high- and low-risk of child physical abuse. *Child Abuse & Neglect*, 28, 289-300.
- Relvas, A. (1996). *O ciclo vital da família*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rinaldi, C. & Howe, N. (2012). Mothers' and fathers' parenting styles and associations with toddlers' externalizing, internalizing and adaptive behaviors. *Early Childhood Research Quarterly*, 27, 266–273.
- Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F. & Hart, C. H. (1995). Authoritative, authoritarian, and permissive parenting practices. Development of a new measure. *Psychological Report*, 77, 819–830.
- Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F. & Hart, C. H. (2001a). The parenting styles and dimensions questionnaire (PSDQ). In B. F. Perlmutter, J. Touliatos, & G. W. Holden (Eds.), *Handbook of family measurement techniques. Vol. 1: Measuring Parent-Child Relations. Abstracts of instruments published 1987 – 1996*. (pp.188–189). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F. & Hart, C. H. (2001b). The parenting styles and dimensions questionnaire (PSDQ). In B. F. Perlmutter, J. Touliatos, & G. W. Holden (Eds.), *Handbook of family*

measurement techniques. Vol.2: Instruments and index (p.190).

Thousand Oaks, CA: Sage.

Russa, M. & Rodriguez, C. (2010). Physical discipline, escalation, and child abuse potential: psychometric evidence for the analog parenting task.

Aggressive Behavior, 36, 251-260.

Santos, S. & Cruz, O. (2008). Questionário de Estilos Educativos. In A. P.

Noronha, C. Machado, L. Almeida, M. Gonçalves, Sara Martins & V.

Ramalho (Coord.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos – Actas*.

Braga: Psiquilíbrios Edições (CD-ROM, item nº 9789899552265).

Tan, T., Camras, L., Deng, H., Zhang, M. & Lu, Z. (2012). Family stress,

parenting styles, and behavioral adjustment in preschool-age adopted

Chinese girls. *Early Childhood Research Quarterly*, 27, 128-136.

Teti, D. M. & Candelaria, M. A. (2002). Parenting competence. In M.

Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting, Vol. 4: Social conditions and*

applied parenting (pp. 149–180). NJ: Erlbaum.

Teti, D. & Cole, P. (2011). Parenting at risk: new perspectives, new

approaches. *Journal of Family Psychology*, 25 (5), 625-632.

Williams, I., Degnan, K., Perez-Edgar, K., Henderson, H., Rubin, K., Pine, D.,

Steinberg, L. & Fox, N.(2009). Impact of behavioral inhibition and

parenting style on internalizing and externalizing problems from early

childhood through adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*,

37, 1063–1075.

Nota de autor:

Sandra Costa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,
Universidade do Porto

Orlanda Cruz, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,
Universidade do Porto

Correspondência relacionada com este artigo deverá ser endereçada a
Orlanda Cruz, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto, Portugal. Correio
eletrónico: orlanda@fpce.up.pt

Recebido em 30/4/2012. Aceito em 28/6/2012.